JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS ISSN 1981-1969

Volume 19 Seção Artigo e98236 30 de julho de 2025

Reforma do Ensino Médio no estado do Paraná e a privatização da oferta educacional (2019-2024)[1]

Secondary Education Reform in the state of Paraná and the privatization of educational provision (2019-2024)

La reforma de la escuela secundaria en el estado de Paraná y la privatización de la oferta educativa (2019-2024)

Everton Koloche Mendes Barbosa[2]
Marcos Vinicius Francisco[3]

Citação*:* BARBOSA, Everton Koloche Mendes; FRANCISCO, Marcos Vinicius. Reforma do Ensino Médio no estado do Paraná e a privatização da oferta educacional (2019-2024). *Jornal de Políticas Educacionais.* V. 19, e98236. Julho de 2025.

http://10.5380/jpe.v19i1.98236

Resumo: Este artigo tem por finalidade analisar a presença da relação público-privado no Novo Ensino Médio Paranaense, implementado a partir da Lei nº 13. 415/2017, especificamente a presença da privatização da oferta da última etapa da Educação Básica, tendo como recorte temporal o período entre os

[1] O artigo aprofunda parte dos resultados apresentados na dissertação de Barbosa (2024), financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e vinculada ao Macroprojeto "A BNCC e as políticas educacionais em diferentes estados brasileiros: materialização nos currículos e intervenção formativa de gestores/as escolares", financiado pelo Edital Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

[2] Mestre em Educação. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, PR. Brasil ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6371-3436. E-mail: evertonkmb@gmail.com

[3] Doutor em Educação. Pró-Reitor de Ensino e docente do Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, PR. Brasil ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5410-2374. E-mail: mvfrancisco@uem.br

anos de 2019 e 2024. Para tanto, foram realizadas revisão bibliográfica e pesquisa documental, com aporte nos pressupostos do método do materialismo histórico-dialético. Foram verificados programas, contratos e convênios firmados entre a Secretaria Estadual de Educação e instituições ou organizações privadas de ensino para a oferta do Itinerário de Educação Técnica e Profissional. A privatização da oferta do Ensino Médio no estado vem sendo operacionalizada mediante o financiamento público via setor privado, na forma de realização de convênio e "acordos"/contratos entre a SEED/PR e instituição privada de ensino com fins lucrativos e entidades privadas "sem" fins lucrativos. Além disso, foi observado um acordo de financiamento com o BID, para, entre outros objetivos, expandir a oferta do Ensino Médio de escolas públicas por meio de convênios com instituições privadas.
Palavras-chave: Lei n.º 13.415/2017; Novo Ensino Médio Paranaense; Privatização; Oferta educacional.

Abstract: This paper analyses the presence of the public-private relationship in the New High School in Paraná, implemented under Law 13.415/2017, specifically the privatization of provision of the last stage of basic education, having as a time frame the period between the years 2019 and 2024. To this end, a bibliographic review and documentary research were carried out, based on the assumptions of the historical-dialectical materialism method. Programs, contracts and agreements signed between the State Department of Education and private educational institutions or organizations for provision of Technical and Professional Education Itinerary were verified. The privatisation of secondary school provision in the state has been operationalised through public funding via the private sector, in the form of agreements and 'accords'/contracts between SEED/PR and private for-profit educational institutions and private 'non-profit' entities. In addition, a financing agreement was reached with the IDB to, among other things, expand the supply of secondary education in public schools through agreements with private institutions.
Keywords: Law 13.415/2017; New High School in Paraná; Privatization; Educational provision.

Resumen: El propósito de este artículo es analizar la presencia de la relación público-privada en la Nueva Escuela Secundaria de Paraná, implementada en el marco de la Ley 13.415/2017, específicamente la presencia de la privatización en la prestación de la última etapa de la Educación Básica, tomando como marco temporal el período comprendido entre 2019 y 2024. Para tal fin, se llevó a cabo una revisión bibliográfica y una investigación documental, basada en los supuestos del método del materialismo histórico-dialéctico. Se verificaron los programas, contratos y convenios firmados entre la Secretaría de Educación del Estado y las instituciones u organizaciones educativas privadas para ofertar el Itinerario de Educación Técnico Profesional. La privatización de la oferta de enseñanza secundaria en el estado se ha operado mediante financiación pública a través del sector privado, en forma de convenios y «acuerdos» /contratos entre SEED/PR e instituciones educativas privadas con ánimo de lucro y entidades privadas «sin ánimo de lucro». Además, se llegó a un acuerdo de financiación con el BID para, entre otras cosas, ampliar la oferta de enseñanza secundaria en las escuelas públicas mediante acuerdos con instituciones privadas.
Palabras clave: Ley n.º 13.415/2017; Nueva Escuela Secundaria en Paraná; Privatización; Oferta educativa.

Introdução

O objeto de que trata este artigo está inserido no amplo quadro de reformas empresariais da educação, processadas em escala mundial e que têm por finalidade a adaptação dos indivíduos às atividades econômicas base da Indústria 4.0 – macro contexto pós-crise de 2008 – e a manutenção do *status quo*. Ao analisar esse quadro em âmbito nacional, é de interesse do capital a reestruturação do Ensino Médio, a partir da Lei n.º 13.415/2017 ou Lei da Reforma do Ensino Médio[4], e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017; Brasil, 2018a).

[4] Em março de 2023, o Ministério da Educação (MEC) publicou a Portaria n. 399, que abriu consulta pública para avaliar e reestruturar o Novo Ensino Médio (NEM). Em abril, do mesmo ano, a Portaria nº 627/2023

A Medida Provisória (MP) n.º 746/2016, inspirada no Projeto de Lei (PL) n.º 6.840/2013, posteriormente convertida na Lei n.º 13.415/2017, orquestrada no contexto pós-golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016, foi ao encontro da Emenda Constitucional (EC) n.º 95/2016, que congelou por vinte anos o investimento público em áreas sociais, e convergiu com o PL n.º 867/2015 - Movimento Escola "sem" Partido (Alves, 2017; Barbosa, 2024; Motta; Frigotto, 2017; Paias; Francisco, 2021). Nesse bojo, a reforma do Ensino Médio integrou a mais recente ofensiva neoliberal contra a escola pública.

Entre os aspectos instituídos pela Lei n.º 13.415/2017, cabe destacar a possibilidade de oferta da formação com ênfase técnica e profissional mediante convênio com outras instituições, inclusive privadas e/ou de educação a distância, para efeito de cumprimento das exigências curriculares da etapa (Brasil, 2017). A formação técnica profissional compõe, ao lado da ênfase em áreas do conhecimento, a parte diversificada do currículo. O arranjo desta com a BNCC corresponde à arquitetura curricular do Ensino Médio brasileiro. Ademais, ficou reconhecido, nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, parágrafo nono do Art. 17, a possibilidade de oferta de tempo e espaço para a organização curricular da etapa "em parceria com outras organizações para estudos e atividades" (Brasil, 2018b, p. 10). Trata-se de uma porta de entrada para entidades filantrópicas, institutos, fundações e grupos empresariais.

Após a aprovação dessas normativas, os estados seguiram um cronograma nacional para formular seus referenciais curriculares e implementar o NEM. O Paraná, o primeiro estado a unificar seu currículo à BNCC, aprovou, em 2021, o Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná e as Diretrizes Curriculares Complementares para o Ensino Médio (Paraná, 2021a).

Ao considerar o exposto, parte-se do seguinte questionamento, que norteará este estudo: como a relação público-privado está materializada na oferta do Ensino Médio no estado do Paraná, sobretudo, a partir da Lei n. 13.415/2017, tendo em vista a possibilidade de firmar convênios e outros acordos com o setor privado de educação? A fim de responder à questão, objetiva-se analisar a presença da relação público-privado no

suspendeu o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. Após o período da Consulta Pública, o Poder Executivo elaborou um Projeto de Lei (PL) que revisava a Lei n. 13.415/2017. Após tramitação e disputas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, um substitutivo do PL foi aprovado e convertido na Lei n. 14.945, de 31 de julho de 2024 (Brasil, 2024).

Novo Ensino Médio Paranaense, especificamente a presença da privatização da oferta dessa etapa da Educação Básica.

Para tanto, foram realizadas uma revisão bibliográfica e uma pesquisa documental (Evangelista, 2012; Evangelista; Shiroma, 2019), com aporte nos pressupostos do método do materialismo histórico-dialético. Quanto aos documentos analisados, foram considerados programas, contratos, convênios e acordos de cooperação firmados entre a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná - SEED/PR e instituições e organizações privadas de educação. No processo de construção do corpus documental, foram realizadas consultas ao Portal da Transparência do Estado do Paraná e aos sites da SEED/PR e do Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná – DIOE. O recorte temporal adotado para a análise documental corresponde ao período de 2017-2024, ou seja, de aprovação e implementação da Reforma do Ensino Médio. Para a caracterização e discussão dos resultados, valeu-se das contribuições de Adrião (2022), sobre as dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil, com ênfase na privatização da oferta.

Além da seção introdutória, o texto é desenvolvido em outras duas seções, acrescido das considerações finais. Na segunda seção, é abordado o quadro que envolve a dinâmica recente de acumulação do capital, o qual explicita como os processos de privatização da educação escolar estão inseridos e articulados. Além disso, há um enfoque nas dimensões e formas de privatização da Educação Básica, no intuito de subsidiar a análise dos resultados. Esses, por sua vez, são expostos e discutidos na terceira seção do artigo, ao lado de aspectos relacionados à implementação da reforma do Ensino Médio no estado do Paraná.

A dinâmica atual de acumulação do capital e as formas de privatização da Educação Básica

No atual contexto histórico, o sistema do capital, globalmente dominante, alcançou níveis extremos de aprofundamento de suas contradições e de potencial destrutivo, com mira na expansão e na acumulação desmedidas. Com base em Mészáros (2011), pondera-se que, a ordem do sistema do capital global se dá pelo controle sociometabólico, ou seja, a partir de uma estrutura totalizadora, sob a qual os/as trabalhadores/as são dominados/as.

Afetadas as dinâmicas de expansão e acumulação do sistema capitalista, mediante a extração máxima de trabalho excedente, a crise do capital tornou-se sistêmica e estrutural. Daí decorre a necessidade de uma sociedade subordinada aos ditames da burguesia e do Estado moderno, fortalecido no papel de garantir a eficiência dessa dinâmica e de proteger as relações de forças do sistema do capital (Mészáros, 2011).

A base de sustentação desse modo de controle não é outra senão a divisão da sociedade em classes. Essa divisão aparece como estrutura hierarquizada e antagônica, pois as funções de produção e de controle são designadas, de forma consciente e planejada, para diferentes classes. Ao analisar a divisão do trabalho na manufatura e o surgimento do/a trabalhador/a parcial, Marx (2017) identificou que esse processo também aparece na dicotomização entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, por meio da expropriação de conhecimento do/a trabalhador/a sob a égide do capital.

No decorrer do desenvolvimento histórico do sistema capitalista, a decadência de determinado padrão da organização produtiva e a mudança da base tecnológica de produção gerou novos processos de acumulação e, com isso, novas demandas para a adaptação dos/as trabalhadores/as. Atualmente, a instrução e a educação expressam profundas contradições, reflexo da crise estrutural.

A inflexão causada pela crise do capital em 2008 e a consolidação desta, no Brasil, a partir de 2016, aprofundaram a destrutiva dinâmica da acumulação flexível (Harvey, 2008) e do neoliberalismo, que avançam desde o final da década de 1970. Com base em Tonelo (2021), defende-se que tal crise se trata de uma longa trajetória de recessão sem perspectivas de novo crescimento econômico em escala mundial.

A principal característica da crise de 2008 foi a hiperfinanceirização, provocada pela rápida conversão de títulos hipotecários em juros mensais. Esse processo pode ser assim resumido: com o aquecimento do ramo imobiliário no início dos anos de 2000, houve a expansão de financiamentos de imóveis para as famílias que não tinham condições de pagamento da dívida (crise do *subprimes*); os empréstimos fornecidos, por sua vez, eram vendidos a investidores de créditos de alto risco. Com o estouro da bolha imobiliária, ocorreu a falência de inúmeras agências imobiliárias e bancos de investimento norte-americanos, com destaque para o *Lehman Brothers* (Tonelo, 2021).

Os desdobramentos desse ponto da crise sistêmica incrementaram os processos de trabalho e as relações advindas da fábrica flexível – flexibilização dos espaços e tempos e sofisticação do controle sobre o trabalho. A repercussão se deu a partir da elevação do

potencial destrutivo a patamares nunca vistos antes: bolsões de desemprego, introdução de planos de austeridade e "precarização estrutural da força de trabalho em escala global" (Antunes, 2017, p. 5). Essa precarização, argumenta o autor, aparece na proliferação de modalidades de trabalho cada vez mais esvaziadas de direitos sociais, tais como a terceirização, a informalidade, a uberização, o trabalho online e a prestação de serviços como pessoa jurídica ("trabalho autônomo").

Além de tudo, destaca-se, nesse contexto, o advento da Indústria 4.0, na Alemanha, em 2011, provocadora de um salto tecnológico que promoveu, entre outros aspectos, a intensificação da automatização e dos processos produtivos, cada vez mais, baseados em tecnologias digitais e informacionais (Antunes, 2020). A consequência dessa era nas relações de trabalho, aponta o autor supracitado, é a expansão do trabalho morto e a redução do trabalho vivo.

Nessas condições, o sequestro da escola pública pelo empresariado, via reformas empresariais da educação, é uma tendência, não recente, intensificada, em virtude da radicalização do liberalismo econômico após a crise de 2008 (Freitas, 2018).

Trata-se da inserção das redes públicas de ensino em um vetor de privatização, conforme destaca Freitas (2018), cujo estágio final é a introdução total da escola no livre mercado. A partir das diferentes possibilidades de privatização da educação escolar (terceirização e a ideia de *vouchers*, por exemplo), cria-se um padrão na forma de conceber a educação, padrão este que se expande mundialmente, com a pseudo justificativa de melhorar a qualidade da educação.

Nessa lógica, a escola torna-se uma bancada de negócios. Sua venda, nos moldes das privatizações executadas na década de 1990, não é, necessariamente, importante para o processo de reformas empresariais da educação. De acordo com Adrião (2022), o setor privado faz uso de diversos meios para intervir junto à administração pública, ao envolver a assunção total ou parcial das responsabilidades que deveriam estar a cargo do poder público. Desse modo, educação pode ser pública, mas seus processos, sua gestão e sua oferta são negociadas com o setor privado (lucrativo ou não).

O que está em jogo, nessa relação entre o público e o privado, é a disputa pelos fundos públicos e, de quebra, a privatização que propicia o alinhamento ideológico neoconservador e, com isso, favorece um maior controle, além de obliterar o processo de democratização da educação escolar. A padronização curricular, integrada às avaliações em larga escala, a partir das recomendações de organismos e organizações internacionais

e aos processos de responsabilização por metas, é facilitadora desse alinhamento, que, no Brasil, é impulsionado pela política da BNCC (Caetano; Peroni, 2022; Freitas, 2018).

Vale ressaltar que a esfera privada, designada genericamente como sociedade civil, é composta por uma variedade de entidades, entre as quais figuram empresas, grupos, instituições filantrópicas, institutos, fundações, fundos de investimentos, organizações "não governamentais", corporações empresariais e escolas confessionais. Geralmente associadas ao setor corporativo, tais entidades se articulam em redes, atuam nas esferas governamentais e influenciam na elaboração e implementação de políticas públicas educacionais (Adrião, 2022; Caetano; Peroni, 2022).

Ao analisar os diferentes mecanismos de privatização da Educação Básica, Adrião (2022) sintetizou três dimensões que correspondem aos deslocamentos das escolas, especialmente as públicas, para seguimentos privados, sendo esses lucrativos ou "sem fins lucrativos".

A primeira dimensão, de interesse para o objetivo deste artigo, é a privatização da oferta educacional, operacionalizada:

> [...] por meio do financiamento público a organizações privadas, pela introdução de políticas de escolha parental (choice) - como as "charter schools", os vouchers ou a educação domiciliar -, de bolsas de estudos, pela liberalização para criação de escolas privadas ou, ainda, pela adoção de incentivos fiscais para o setor privado (Adrião, 2022, p. 72).

Além do mais, o financiamento público voltado às organizações privadas também pode se dar por meio da realização de convênios/contratos entre o governo (federal, estadual ou municipal) e organizações privadas, sendo que estas podem se beneficiar, por exemplo, de isenções mediante dedução tributária. Pode ocorrer também o caso da oferta por provedor privado, ou seja, matrículas em instituições de ensino privadas com fins lucrativos e de baixo custo, tutoria e aulas particulares (Adrião, 2022).

A coexistência de escolas públicas e privadas, bem como a presença de escolas comunitárias sem fins lucrativos não é novidade na realidade brasileira, conforme bem lembra Adrião (2022). Sobre isso, é importante mencionar as regulamentações observadas na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de 1996 (Lei n. 9.394/1996) (Brasil, 2023a, 2023b). Atualmente, no que diz respeito à etapa do Ensino Médio, a Lei n.º 14.945, de 31 de julho de 2024, que revogou parcialmente a Lei n.º 13.415/2017, manteve o dispositivo que permite a oferta da

formação técnica e profissional de nível médio, para fins de cumprimento das exigências curriculares da etapa, "mediante convênios ou outras formas de parceria entre as secretarias de educação e as instituições credenciadas de educação profissional, preferencialmente públicas, observados os limites estabelecidos na legislação [...]" (Brasil, 2024, art. 36, § 6°).

A segunda dimensão trata da privatização da gestão da educação pública, que pode se dar em dois âmbitos: na privatização da gestão educacional ou da gestão escolar. Esta ocorre quando a gestão da escola é transferida para um agente privado, com ou "sem" finalidades lucrativas. Já aquela, refere-se à delegação, direta ou indireta, das responsabilidades sobre uma rede ou sistema público de ensino para organizações privadas (Adrião, 2022).

No que diz respeito à terceira dimensão, a privatização do currículo escolar, ela envolve: a) a compra ou a adoção de projetos curriculares (o que e como deve ser ensinado) elaborados pelo setor privado, b) a compra ou adoção de tecnologias educacionais e de plataformas digitais elaboradas por esse setor e c) a aquisição de Sistemas Privados de Ensino (SPE), em que estão inseridos os materiais didáticos para estudantes, materiais de planejamento para docentes, assessorias, orientações e propostas de avaliação (Adrião, 2022).

A venda dos SPE por grupos privados e sua aquisição pelo poder público é uma prática que fomenta um profícuo mercado educacional, nos níveis nacional e internacional. Segundo Adrião (2022, p. 102),

> A abertura do capital das empresas do segmento educacional na Bolsa de Valores expressa a liberalização do setor para a atuação de acionistas internacionais, a subordinação da educação à lógica da financeirização da economia condições que potencializam sua mercantilização.

Todos esses mecanismos compõem uma forma de pensar e executar a educação, um projeto burguês que alia a mercantilização das escolas – com ofensiva sobre as instituições públicas de ensino – à flexibilização da formação dos/as filhos e filhas da classe trabalhadora, requisito pedagógico da flexibilização do regime de acumulação de capital (Kuenzer, 2019).

A reforma empresarial da educação, indica Freitas (2018, p. 39), favoreceu à atratividade das atividades educativas "aos investimentos transnacionais, à atuação de

indústrias e prestadoras de serviço dos países centrais, que podem ampliar sua operação também na periferia do sistema – reproduzindo o ciclo de colonização científica, cultural e tecnológica".

Valendo-se dessas discussões e ao considerar a permissividade da reforma do Ensino Médio em relação aos convênios do poder público com instituições e grupos empresariais, na próxima seção serão abordados aspectos ligados à privatização da oferta do Ensino Médio no estado do Paraná, a contar da implementação da Lei n.º 13.415/2017.

A implementação do Novo Ensino Médio (Lei n.º 13.415/2017) no estado do Paraná e a privatização da oferta

No ano de 2018, o alinhamento da política curricular paranaense à BNCC se deu com a aprovação do Referencial Curricular do Paraná (RCPR). Estabelecido por meio da Deliberação CEE/CP n.º 03/2018, esse documento é referência obrigatória para a elaboração das propostas pedagógicas de escolas públicas e privadas que ofertam a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Em 2020, a SEED/PR divulgou o Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP), um documento complementar ao RCPR e que traz os conteúdos de cada componente curricular e a divisão desses conteúdos por trimestres, para cada ano do Ensino Fundamental, anos iniciais e anos finais. De acordo com Bedin (2021), trata-se de uma proposta de currículo único para todas as escolas públicas do estado, política que mina a autonomia das instituições na elaboração intencional de suas propostas pedagógicas e curriculares. Ainda, segundo a autora, a elaboração e aprovação do RCPR e do CREP não partiram do diálogo e da participação de professores/as no processo.

O caráter antidemocrático e impositivo dessas políticas curriculares também foi identificado por Barbosa e Francisco (2024), ao analisarem a gênese do Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná e das Diretrizes Curriculares Complementares do Ensino Médio (Paraná, 2021a).

Entre as principais alterações curriculares no estado do Paraná, decorrentes da reforma do Ensino Médio, sublinham-se as seguintes: o esvaziamento dos conteúdos clássicos, em razão do corte de pouco mais da metade da carga horária de disciplinas das matrizes curriculares; a introdução e a obrigatoriedade dos componentes curriculares

Projeto de Vida, Educação Financeira e Pensamento Computacional; e a ênfase no eixo do Empreendedorismo, articulado, principalmente, ao Projeto de Vida (Barbosa, 2024).

A seguir, são apresentadas evidências de que tal reestruturação curricular do estado do Paraná, especificamente do Ensino Médio, está articulada à disputa de fundos públicos para a educação e às propostas externas que facilitam a regulação dos processos formativos em atenção a métricas educacionais.

Durante o primeiro mandato (2019-2022) do governador Carlos Roberto Massa Júnior, do Partido Social Democrático (PSD), foi estabelecido um acordo de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para custear as mudanças no Ensino Médio. O acordo foi regulamentado em setembro de 2021 e autorizou o estado a financiar US$ 90,56 milhões. Esse montante foi canalizado para a implantação do Programa Educação para o Futuro, voltado à elaboração de uma proposta pedagógica para essa etapa formativa, com foco no aumento de estudantes concluintes e da frequência escolar. O Decreto n.º 11.568, de 30 de junho de 2022, que instituiu o Programa, também prevê a ampliação da oferta do Ensino Técnico Profissional de Nível Médio, mediante convênios/contratos com entidades privadas (Paraná, 2021b, 2022).

Além do mais, essa proposta tem por finalidade expandir o uso de tecnologias educacionais, fornecer kits de robótica e equipamentos de informática, bem como capacitar docentes com vistas ao uso de ferramentas tecnológicas em sala de aula, com ênfase no desenvolvimento de habilidades socioemocionais e do empreendedorismo (Paraná, 2022).

Com base no exposto, percebe-se que, sustentado pelo financiamento de uma agência regulatória, o Programa Educação para o Futuro busca promover a privatização da oferta e do currículo, por trás do engodo de aumentar a qualidade do Ensino Médio no estado do Paraná. Trata-se, portanto, de uma sobreposição de dimensões descritas por Adrião (2022). Identifica-se de maneira explícita a privatização da oferta, pois, estimula-se a realização de acordos entre o poder público e o setor privado, para suprir a necessidade de expansão do Ensino Técnico Profissional de nível médio. Ainda, é visível a privatização do currículo, pois há a previsão para aquisição de insumos curriculares, a exemplo de ferramentas tecnológicas, planejamento pedagógico e capacitação docente.

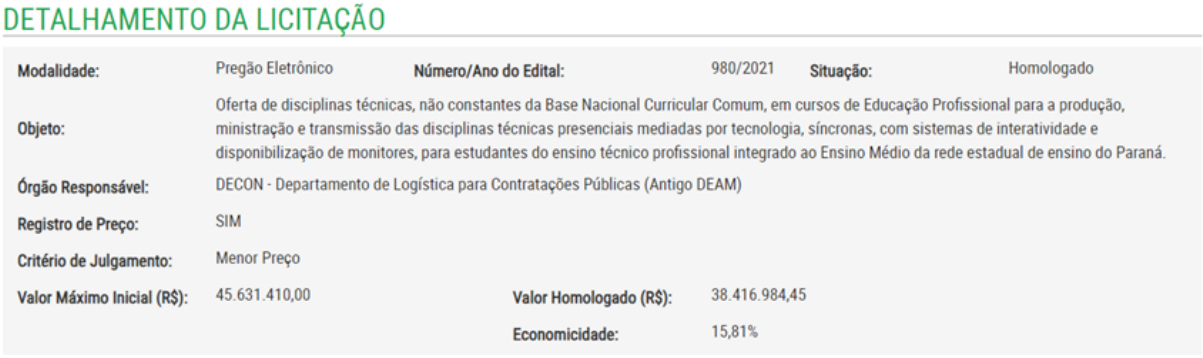
A partir da alteração trazida pela Lei n.º 13.415/2017 na LDB/1996, quanto às possibilidades de oferta, o estado do Paraná realizou, em novembro de 2021, um convênio com o Centro de Ensino Superior de Maringá LTDA (Cesumar), com vistas à terceirização

da contratação de professores/as e monitores/as para ministrar disciplinas em cursos do Itinerário Formativo de educação profissional de nível médio.

No processo de contratação, foi realizada uma licitação mediante Pregão Eletrônico com registro de preço, no Edital n.º 980/2021 (Paraná, 2021c). O processo licitatório ocorreu sob a responsabilidade do Departamento de Logística para Contratações Públicas – Decon, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e teve, como parte interessada, a SEED-PR. Curiosamente, o Cesumar foi a única empresa concorrente nos 27 lotes do estado do Paraná. Nessas condições, a empresa venceu o processo licitatório com valor homologado de R$ 38.416.984,45, para a oferta, mediada por tecnologias, de disciplinas dos cursos de Técnico em Administração e Técnico em Desenvolvimento de Sistemas e Técnico em Agronegócio, dimensão explicitada na Figura 01.

O convênio contempla o fornecimento, pela empresa privada, de materiais, como *Smart* TV e instrumentos de informática e a disponibilização de monitores com formação máxima de nível médio. Com essas condições, os componentes curriculares são transmitidos a distância, por meio de um estúdio aos/as estudantes, que assistem às aulas dentro da própria escola.

Figura 01 – Detalhamento da licitação pelo Pregão Eletrônico n.º 980/2021.



Fonte: Portal da Transparência do Paraná (Paraná, 2023).

Em consulta ao Portal da Transparência do estado do Paraná, foram encontrados dois contratos – até a data de elaboração deste artigo, sendo que a situação dos contratos era "registrada" e "vigente": o Contrato n.º 234/2022, com data inicial em oito de dezembro de 2021 e data final em sete de dezembro de 2024; e o Contrato n.º 2006/2022, com a vigência de seis de maio de 2022 a cinco de maio de 2025.

Em conformidade com Adrião (2018), a privatização da oferta educacional pode ser operacionalizada por meio do financiamento público de organizações privadas, do aumento de matrículas em instituições privadas de ensino e de políticas de indução da escolha parental. O financiamento via educação privada pela esfera pública pode ser viabilizado, por seu turno, por meio de três mecanismos: contratos/convênios/termos, bolsas de estudos ou mecanismos de incentivos fiscais.

Baseando-se nesse subsídio teórico-analítico, compreende-se que o convênio realizado entre a SEED/PR (demandante) e a Cesumar (convenente) é um artifício de financiamento público à iniciativa privada, cujo objeto é a oferta de componentes em cursos do Itinerário de Formação Técnica e Profissional pela instituição em tela.

Outra manifestação de privatização da oferta do Novo Ensino Médio do estado do Paraná refere-se à realização de acordos de cooperação entre a Secretaria Estadual de Educação e o Sistema S de ensino, que integra a Formação Profissional, inclusive a de nível médio. No Quadro 1, a seguir, são apresentados acordos realizados dessa esfera governamental com o Serviço Social do Comércio (SESC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT).

Quadro 1 – Acordos realizados entre a SEED/PR e instituições do Sistema S de ensino para a oferta de parte do Ensino Médio (2019-2024).

Documento	**Data de início[4]**	**Convenente**	**Objeto**	**Término previsto**
Termo de Convênio de Cooperação Técnica n.º 201900006	16/04/2019	SESC/PR	Oferta aos/às estudantes dos anos finais Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em contraturno, educação complementar em Matemática e Língua Portuguesa.	31/12/2023
Acordo de Cooperação n.º 202300005	15/03/2023	SENAI/PR	Oferta de cursos Técnicos, Qualificação e Aperfeiçoamento Profissional, para alunos/as de baixa renda do Ensino Médio e da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede pública estadual.	01/10/2024
Acordo de Cooperação n.º 2023000444	15/01/2024	SENAR/PR	Oferta de cursos complementares e de qualificação profissional para jovens residentes no campo, matriculados/as,	60 meses após a data de publicação no Diário

			prioritariamente, nas escolas estaduais do campo que ofertam o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, e alunos da Educação Profissional, por meio do Programa Jovem Agricultor Aprendiz.	Oficial do estado.
Extrato do Acordo de Cooperação n.º 2023000439	16/01/2024	SENAC/PR	Oferta de cursos de qualificação profissional e aperfeiçoamento, para estudantes do Ensino Médio da EJA, da rede pública estadual de ensino do Paraná.	31/12/2025
Termo de Cooperação n.º 202300428	29/02/2024	SESC/PR	Ações de educação complementar, em contraturno, nos eixos de letramento/arte-educação e raciocínio lógico para estudantes dos anos finais do EF e EM.	31/12/2025
Acordo de Cooperação Técnica n.º 202310043	12/03/2024	SENAT/PR - Unidade Paranaguá	Oferta de cursos de qualificação profissional e/ou técnicos, na forma de cursos concomitante e/ou concomitante intercomplementar, que componham Itinerários da formação Técnica e Profissional previstos no âmbito do Novo Ensino Médio (Lei n.º 13.415/2017).	12/2025
Termo de Cooperação Técnica n.º 202310045	12/03/2024	SENAT/PR - Unidade Foz do Iguaçu	Oferta de cursos de qualificação profissional e/ou técnicos, na forma de cursos concomitante e/ou concomitante intercomplementar, que componham Itinerários da formação Técnica e Profissional previstos no âmbito do Novo Ensino Médio (Lei n.º 13.415/2017).	12/2025
Termo de Cooperação n.º 202310046	17/06/2024	SENAI/PR	Ofertas de cursos de qualificação profissional e/ou técnicos, concomitante e/ou concomitante intercomplementar, que componham Itinerários da formação Técnica e Profissional previstos Novo Ensino Médio (Lei n.º 13.415/2017).	12/2025

Fonte: os autores (2024), em consulta ao *site* da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná - SEED/PR e ao *site* do Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná – DIOE.

Nota: [4] A data de início é a data da publicação dos acordos no Diário Oficial do Estado do Paraná.

As convenentes citadas acima são denominadas de entidades de direito privado sem fins lucrativos. Conforme Romanelli (2014), o SENAI, o SENAC e o SESC foram instituídos, respectivamente, a partir dos Decretos-Leis n.º 4.048/1942, n.º 8.621/1946 e n.º 9.853/1946, com a reorganização do ensino secundário e do ensino profissional pelas Leis Orgânicas ou Reforma de Capanema (1942-1946). O SENAT e o SENAR, por sua vez, foram criados na primeira metade da década de 1990.

O Sistema S de ensino também agrega outras entidades que formam, em consonância com os interesses dos/as acumuladores/as de capital, grande parcela da força de trabalho brasileira, são elas: o Serviço Social em Transportes (SEST), Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE), Serviço Social das Cooperativas de Prestação de Serviço (SESCOOP) e Serviço Social da Indústria (SESI).

É importante ressaltar que os acordos n.º 202310043 (SENAT/SEED), n.º 202310045 (SENAT/SEED) e n.º 202310046 (SENAI/SEED) visam a implementação do Itinerário de Formação Técnica e Profissional (Lei n.º 13. 415/2017), por meio da oferta da Bolsa-Formação, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Conforme Pereira e Amorin (2015), o Pronatec, instituído em 2011, tornou-se um programa "guarda-chuva" das políticas e induções do Governo Federal para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Entre as induções, está a Bolsa-Formação, que viabilizou as ofertas de cursos técnicos de nível médio e cursos de qualificação profissional, subsidiados mediante transferência direta de recursos públicos para entidades conveniadas – nesse caso, instituições das redes federal, estaduais, distrital e municipais, o "Sistema S" de ensino e instituições privadas de ensino superior e de EPT.

Conforme os resultados obtidos por Grabowski (2010) e por Pereira e Amorin (2015), o fomento do Estado ao Sistema S é um vetor de privatização, pois o que ocorre é o financiamento público do setor privado de educação técnica-profissional. Apesar do aumento expressivo do número de matrículas a partir de 2003, esses autores apontam para o fato de que essa expansão não veio acompanhada da qualidade necessária para que a formação geral não se tornasse fragilizada. No Sistema S há prevalência de cursos de curta duração, ofertados na modalidade concomitante ou subsequente. Esse modelo difere-se dos cursos ofertados, predominantemente, na rede federal, ou seja, os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. Estes, por sua vez, têm se mostrado alternativas concretas que podem conter o germe da educação politécnica ou tecnológica (Silva, 2023).

Conforme consta no próprio conteúdo dos documentos dos acordos, não é implicada transferência de recursos entre as partes. É possível identificar termos como "parceria" e "cooperação" no escopo dos acordos, em referência à relação formada entre a SEED/PR e os convenentes. Contudo, ressalta Adrião (2018), essas terminologias, entre tantas outras, suavizam medidas de subordinação direta e indireta, da educação aos projetos de corporações ou de organizações a elas associadas.

Por fim, recorre-se, às contribuições de Caetano e Peroni (2022), afim de ilustrar que todo esse movimento não é uma mera abstração, mas explicita projetos societários em disputa. Embora o mercado justifique a sua atuação na esfera pública, na expectativa de que se possa formar indivíduos concatenados com a reestruturação produtiva e a um projeto de desenvolvimento econômico competitivo em nível internacional, por outro lado, não se pode perder de vista que a relação público-privado tem como uma de suas nuances a padronização e a adoção de produtos replicáveis em distintos contextos socioculturais.

Em suma, é uma lógica que oblitera a dimensão democrática da educação escolar, a qual preconiza a gestão escolar e o trabalho educativo intencional e criativo com vistas à formação humana a partir de uma prática social que considere as dimensões ontológica, teleológica e gnosiológica.

Considerações finais

Este artigo teve por objetivo verificar e analisar a presença da relação público-privado no Novo Ensino Médio Paranaense, especificamente a presença da privatização da oferta dessa etapa da Educação Básica. Com base na revisão bibliográfica e na pesquisa documental, identificou-se que a privatização da oferta da etapa no estado é operacionalizada mediante o financiamento público à educação via setor privado, na forma de realização de convênio e "acordos" / contratos entre a SEED/PR e instituição privada de ensino com fins lucrativos e entidades privadas "sem" fins lucrativos. Além disso, foi observado um acordo de financiamento com o BID, para, entre outros objetivos, expandir a oferta do Ensino Médio de escolas públicas por meio de convênios com instituições privadas.

A porta aberta pela Lei n.º 13.415/2017 para que o setor privado avançasse sobre o Ensino Médio permitiu a proliferação de formas e mecanismos de estreitamento da

relação público-privado. Sobre as entidades filantrópicas ou organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, elas rentabilizam suas doações – apoio técnico, por exemplo – por meio da introdução da lógica empresarial nas esferas públicas e nas redes públicas de ensino. Ademais, as empresas associadas a essas entidades podem ser beneficiadas com isenções fiscais.

Os resultados sinalizam para a implantação, em nível local, da reforma empresarial da educação, cuja agenda, percebida em escala mundial, caminha em direção à captura de fundos públicos e, em última instância, à abertura da escola ao livre mercado. A oferta da formação técnica e profissional do Novo Ensino Médio Paranaense pelo setor privado é mais um vetor de privatização que acelera essa agenda.

Face a tais constatações, defende-se que a escola pública tenha gestão pública e qualidade socialmente referenciada. Nesse sentido, é urgente que a construção da política nacional para o Ensino Médio parta da perspectiva da classe trabalhadora a fim de delimitar as finalidades da educação e que tenha gênese e desenvolvimento no diálogo direto e permanente com as comunidades escolares, universidades e movimentos sociais.

Referências

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e Formas da Privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem fronteiras**, [*S. l*], v. 18, p. 8-28, 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5692189/mod_resource/content/1/Teresa%20Adriao_Dimens%C3%B5es%20e%20Formas%20da%20Privatiza%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. **Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil**: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990. [Meio Eletrônico]. Brasília, ANPAE, 2022.

ALVES, Giovanni. Notas sobre o Golpe de 2016 no Brasil neodesenvolvimentismo ou crônica de uma morte anunciada. *In:* LUCENA, Carlos; PREVITELI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes. (org.). **A crise da democracia brasileira.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2017, p.119-134.

ANTUNES, Ricardo. Da educação utilitária fordista à multifuncionalidade liofilizada. In: Reunião Nacional da ANPEd, 38, 2017. São Luís do Maranhão: **Anais [...]** São Luís do Maranhão: UFMA, 2017. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalhoencom_38anped_2017_gt11_textoricardoantunes.pdf. Acesso em: 06 set. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARBOSA, Everton Koloche Mendes. **Implicações da BNCC e da reforma do ensino médio (Lei n. 13.415/2017) na política curricular do estado do Paraná.** 184 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação, Maringá, 2024.

BARBOSA, Everton Koloche Mendes; FRANCISCO, Marcos Vinicius. O novo Ensino Médio no estado do Paraná: uma análise histórico-dialética acerca da reformulação curricular. **Revista Ponto de Vista,** Viçosa, v. 13, n. 2, p. 01–20, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/RPV/article/view/16889. Acesso em: 15 abr. 2024.

BEDIN, Angela Maria. **A reformulação do currículo escolar no estado do Paraná a partir da BNCC**: a padronização de aprendizagens e o currículo por competência. 2021. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2021.

BRASIL. **Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular, Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2018. Versão entregue ao CNE em 03 de abril de 2018a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmera de Educação Básica. Resolução n.º 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 224, p. 21, 2018b.

BRASIL. Lei n. 14.945, de 31 de julho de 2014. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis n.º 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 5, 01 ago. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2023a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 2023b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 set. 2023.

CAETANO, Maria Raquel; PERONI, Vera Maria Vidal. Relações entre o público e o privado na educação brasileira: neoliberalismo e neoconservadorismo -projetos em disputa. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 20, n. 42, p. 1-26, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.53469. Acesso em: 15 dez. 2024.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. *In:* ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES; Doriedson do Socorro (org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas: Alínea, 2012, p. 51-71.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. *In:* CEA, Georgia Sobreira; RUMMERT, Sonia Maria; GONÇALVES, Leonardo Dorneles (org.). **Trabalho e educação**: interlocuções marxistas. Rio Grande: Editora da FURG, 2019, p. 83-120.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GRABOWSKI, Gabriel. **Financiamento da educação profissional no Brasil**: contradições e desafios. 2010. 167 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

HARVEY, David. **O neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

KUENZER, Acacia Zeneida. Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do Ensino Médio Flexível. **Ciência & Saúde Coletiva**, [*S. l*], v. 25, p. 57-66, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/WDrjPv8s6s9X5Y63PWG3VgJ/. Acesso em: 07 nov. 2023.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1 ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do Ensino Médio? Medida provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação e Sociologia**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, abr./jun., 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/8hBKtMRjC9mBJYjPwbNDktk/. Acesso em: 24 fev. 2023.

PAIAS, Katia Rodrigues Montalvão; FRANCISCO, Marcos Vinicius. O Programa Escola Sem Partido a partir da perspectiva de gestores escolares do Noroeste do estado do Paraná. **Revista Cocar**, Belém, v. 15, n. 33, p. 1-20, 2021. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4276. Acesso em: 14 dez. 2024.

PARANÁ. **Deliberação CEE/PR n.º 04/2021**. Institui as Diretrizes Curriculares Complementares do Ensino Médio e o Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná. Conselho Estadual de Educação do Paraná: 2021a. Disponível em: https://www.cee.pr.gov.br/Pagina/2021-Deliberacoes. Acesso em: 15 de dez. 2021.

PARANÁ. Agência Estadual de Notícias. **Governador sanciona lei que vai destinar cerca de R$ 480 milhões para a Educação**. Paraná, 2021b. Disponível em: https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governador-sanciona-lei-que-vai-destinar-cerca-de-R-480-milhoes-para-Educacao. Acesso em: 15 ago. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Administração e da Previdência. Departamento de Logística para Contratações Públicas – Decon. **Edital**: Pregão Eletrônico 980/2021: Sistema de Registro de Preços. Protocolo n° 17.773.433. Curitiba, 2021c.

PARANÁ. Poder Executivo Estadual. Decreto n.º 11568, de 30 de junho de 2022. Institui o Programa Educação para o Futuro do Estado do Paraná. **Diário Oficial Paraná**: Curitiba, PR, ed. 11207, p. 36, 30 jun. 2022.

PARANÁ. Controladoria Geral do Estado. **Portal da Transparência do Paraná, 2023.** Detalhamento da licitação pelo Pregão Eletrônico 980/2021. 2023. Disponível em: http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/pages/compras/licitacoes/detalhamentos/detalhamento_licitacoes_gms?windowId=0a2. Acesso em: 15 ago. 2023.

PEREIRA, Josué Vidal; AMORIM, Rodrigo de Freitas. Dinheiro Público, Oferta Privada: a dinâmica do financiamento e da oferta de educação profissional no Sistema S. **Fineduca – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 1-13, 2015. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/67923. Acesso em: 09 dez. 2024.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973).** 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, Rose Márcia da. Avanços e desafios na implementação do Ensino Médio Integrado. *In:* FRIGOTTO, Galdêncio. (org.). **Ensino Médio no Brasil e sua (im)possibilidade histórica**: determinações culturais, econômicas, políticas e legais. Rio de Janeiro: UERJ, LPP; São Paulo: Expressão Popular, 2023. p. 293-332.

TONELO, Iuri. **No entanto ela se move*:*** a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

Recebido em Janeiro de 2025
Aprovado em Março de 2025
Publicado em Julho de 2025